

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.963 - RS (2019/0199063-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL  
**ADVOGADOS** : VITOR GIL PEIXOTO - RS057021  
RÉGIS BIGOLIN E OUTRO(S) - RS059575  
CAMILA TICIANE ROSA MENDES - RS057166  
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277  
CAROLINA TEIXEIRA CAPRA - RS069737  
MICHELLE BUKOR DE CASTRO FREITAS - RS101574  
**AGRAVADO** : LUIZ AUGUSTO BECK DA SILVA  
**ADVOGADO** : LUIZ AUGUSTO BECK DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS008635

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE DÚVIDA OBJETIVA QUANTO AO RECURSO CABÍVEL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. AGRADO CONHECIDO, MEDIANTE JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se, na origem, de apelação interposta por LUIZ AUGUSTO BECK DA SILVA contra decisão que julgou precedente a impugnação ao cumprimento de sentença oposta por CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI.

A Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul não conheceu do inconformismo, estando a decisão resumida na seguinte ementa (e-STJ, fl. 336):

APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JULGADA PROCEDENTE. FEITO NÃO DECLARADO EXTINTO. RECURSO CABÍVEL. AGRADO DE INSTRUMENTO.

1. É cabível o recurso de agravo de instrumento contra as decisões proferidas em sede de cumprimento de sentença, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação, nos termos dos artigos 203, 1.009 e 1.015, parágrafo único do novel

Código de Processo Civil

2. No caso, a decisão recorrida julgou procedente a impugnação à fase de cumprimento de sentença, diante da reconhecendo o alegado excesso de execução,

3. Entretanto, verifica-se que, embora o Magistrado a quo tenha reconhecido o alegado excesso de execução, não declarou a extinção do feito, conforme se denota da parte dispositiva da decisão recorrida. Assim, não houve a extinção da execução no caso dos autos, ao menos pelo que consta na documentação acostada ao presente recurso.

4. A interposição de recurso de apelação constitui erro grosseiro, sendo inadmissível e inaplicável o princípio da fungibilidade recursal no caso em tela, presente o fato de que para o ato judicial em análise existia recurso próprio de apelação, o qual não foi utilizado.

Recurso não conhecido.

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente acolhidos com o fim de sanar erro material contido na ementa do julgado, sem efeitos infringentes (e-STJ, fls. 362-372).

Inconformado, LUIZ AUGUSTO interpôs recurso especial fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 203, 1.009, 1.015 e 1.022, I e II, do CPC/2015.

Sustentou, em suma: i) negativa de prestação jurisdicional, decorrente da omissão do aresto recorrido quanto à incidência do art. 203, § 1º, do CPC/2015; ii) não ser cabível o agravo de instrumento contra sentença ou ato decisório que encerre a fase de conhecimento do processo, e sim o recurso de apelação; iii) que a magistrada singular acolheu o laudo pericial e julgou procedente a impugnação, declarando a inexistência de crédito em favor do exequente, circunstância a ensejar na resolução do incidente e no fim da execução; iv) a inexistência de erro grosseiro.

A decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deixou de admitir o recurso especial por ausência de vício na prestação jurisdicional e por incidência da Súmula 83 do STJ (e-STJ, fls. 479-490).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 493-533 (e-STJ) e contraminuta apresentada às fls. 535-544 (e-STJ).

Em decisão monocrática desta relatoria de fls. 556-561 (e-STJ), o agravo foi

conhecido para dar provimento ao recurso especial "com o fim de, superada a questão acerca do cabimento do recurso de apelação, determinar que o Tribunal de origem aprecie o recurso como entender de direito".

Daí a interposição do presente agravo interno (e-STJ, fls. 564-571), em cujas razões a PREVI argumenta ser incabível a aplicação da fungibilidade recursal, tendo em vista que não foi determinada a extinção do feito executivo, "mas sim, em verdade, tão somente a redução do valor executado. O texto é claro, inexistindo margem de dúvida a quem o interpreta, data vênia, ao contrário do quanto referido à decisão agravada". Defende que, "por conseguinte, não se vislumbra a cogitada dificuldade de identificação de qual recurso seria cabível no caso, se apelação ou se agravo de instrumento, o que afasta aplicação da fungibilidade recursal no caso".

Pleiteia a reconsideração do *decisum* ou a sua reforma pelo Colegiado.

Impugnação apresentada às fls. 574-589 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, ante a inexistência de dúvida quanto ao recurso cabível, uma vez que claramente consignado pela Corte de origem que não houve extinção do feito executivo na hipótese em apreço, reconsidero a decisão de fls. 556-561 (e-STJ), nos termos do art. 259 do RISTJ.

Acerca da questão veiculada nas razões do apelo especial, a Corte de origem, ao decidir o recurso de apelação, assim consignou (e-STJ, fls. 338-339 - sem grifos no original):

Com efeito, é cabível o recurso de agravo de instrumento contra as decisões proferidas em sede de cumprimento de sentença, salvo quando importar em extinção da execução, caso em que caberá apelação, nos termos dos artigos 203, 1.009 e 1.015, parágrafo único, todos do novel Código de Processo Civil, conforme segue (...)

**No caso em análise a decisão recorrida julgou procedente a impugnação à fase de cumprimento de sentença, verificando o alegado excesso de execução, sem contudo extinguir o feito executivo.**

**Por outro lado, denota-se que, embora o Magistrado a quo tenha reconhecido o alegado excesso de execução, não declarou a extinção do feito, conforme se denota da parte**

**dispositiva da decisão recorrida.**

**Assim, não houve a extinção da execução no caso dos autos, ao menos pelo que consta na documentação acostada ao presente recurso.**

Desse modo, o recurso cabível no presente caso é o de agravo de instrumento, tendo em vista que a decisão recorrida não tem natureza terminativa, nos termos do artigo 203 da novel legislação processual.

Como visto, o Colegiado estadual não conheceu do recurso de apelação interposto pela insurgente, sob o fundamento de que, além de não estar previsto no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015, "não houve a extinção da execução no caso dos autos, ao menos pelo que consta na documentação acostada ao presente recurso" (e-STJ, fl. 339).

É cediço que a aplicação do princípio da fungibilidade recursal requer a observância do prazo do recurso considerado correto e a existência de dúvida objetiva acerca da impugnação cabível, que afaste o mero erro grosseiro.

Na presente hipótese, verifica-se que o referido entendimento guarda consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido de que o recurso cabível contra a decisão que julga impugnação ao cumprimento de sentença sem extinção do processo de execução é o agravo de instrumento.

Com efeito, "a decisão que julga impugnação ao cumprimento de sentença sem extinguir a fase executiva desafia agravo de instrumento, sendo impossível conhecer a apelação interposta com fundamento no princípio da fungibilidade recursal, tendo em vista a existência de erro grosseiro" (AgInt no AREsp 1.380.373/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 20/05/2019, DJe 22/05/2019).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ENQUADRAMENTO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. ERRO GROSSEIRO. CONFIGURAÇÃO.

1. Caso em que contra sentença que julgou improcedente Impugnação à execução de julgado, apelou a Prefeitura Municipal. No que tange à alegação da ocorrência de erro grosseiro por parte do Município ao interpor o recurso de Apelação, o Tribunal de origem consignou: "Ainda que a decisão recorrida não tenha sido extintiva do processo, pois, em princípio, a execução prosseguirá, ela tem natureza jurídica de sentença e a fungibilidade recursal permite conhecer o recurso de apelação, assegurando-se o acesso à jurisdição".

2. A jurisprudência do STJ é uníssona ao afirmar que a decisão que

resolve Impugnação ao Cumprimento de Sentença e extingue a execução deve ser combatida através de Apelação, enquanto aquela que julga o mesmo incidente, mas sem extinguir a fase executiva, por meio de Agravo de Instrumento. É firme, também, o entendimento de que, em ambas as hipóteses, não é aplicável o princípio da fungibilidade recursal. Neste sentido: AgInt nos EDcl no AREsp 1.137.181/SC, Rel.

Ministro Lázaro Guimarães, Quarta Turma, DJe 8/8/2018; AgInt no AREsp 891.145/MS, Rel. Ministra Maria Isabal Gallotti, Quarta Turma, DJe 20.11.2017; AgInt no AREsp 700.905/PA, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 21.2.2017; AgInt nos EDcl no AREsp 147.396/SP, Rel. Ministro Ricardo Villa Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 24.10.2016; AgRg no AREsp 538.442/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 23.2.2016; AREsp 1.431.810/SP, Rel.

Ministro Sérgio Kukina, DJe 07.2.2019.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1803176/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 21/05/2019)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS. CPC/2015. DECISÃO QUE ENCERRA FASE PROCESSUAL. SENTENÇA, CONTESTADA POR APELAÇÃO. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS NA FASE EXECUTIVA, SEM EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO.

[...]

6. No sistema regido pelo NCPC, o recurso cabível da decisão que acolhe impugnação ao cumprimento de sentença e extingue a execução é a apelação. As decisões que acolherem parcialmente a impugnação ou a ela negarem provimento, por não acarretarem a extinção da fase executiva em andamento, tem natureza jurídica de decisão interlocutória, sendo o agravo de instrumento o recurso adequado ao seu enfrentamento.

[...]

8. Recurso especial provido.

(REsp 1698344/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/08/2018)

Nesse contexto, considerando-se o entendimento jurisprudencial apontado, e, como visto, a inexistência de dúvida quanto ao recurso cabível, uma vez que claramente consignado pelo Tribunal recorrido que não houve extinção do feito executivo na hipótese em apreço, não merece reforma o acórdão recorrido proferido pelo TJRS.

Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ, aplicável a ambas as alíneas do permissivo constitucional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, conheço do agravo, mediante juízo de reconsideração, para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator